

# TABACO, ESCRAVIDÃO E CAMPEBINATO NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA CUBANA\*

VICENT SANZ ROZALÉN

*Universitat Jaume I*

Se pudéssemos por numa balança as páginas escritas na historiografia cubana e cubanista sobre o binómio açúcar-tabaco não haveria dúvida com relação ao acentuado desequilíbrio diante do que nos encontraríamos, tanto é assim que o primeiro deles ocupou a atenção prioritária no momento de elaborar o discurso histórico da Cuba contemporânea. Entretanto, foi o tabaco, e o mundo que o envolve, que se destacou como aglutinador das essências da ‘cubanidade’.

Este protagonismo conferido ao tabaco na configuração de um discurso identitário em Cuba ao longo do século XX não veio acompanhado por um conhecimento preciso da sua realidade histórica, das relações que o envolvem e dos contextos em que se inscreve. Frente à análise, deu-se primazia ao componente legitimador de uma ‘comunidade imaginada’ onde se alteram os significados da realidade histórica com vistas a elaborar um discurso coesivo de uma pretendida irrefutabilidade.

---

\* O presente texto inscreve-se no Projeto de Investigação “La integración de las economías atlánticas: el papel del tabaco en los imperios ibéricos (1636-1832)”, financiado pelo Ministerio de Ciencia e Innovación (HAR2012-34535) e no projeto P1.1B2015-21 (UJI). Algumas das ideias desenvolvidas aqui foram discutidas previamente no *Colloque Fruits de la terre. Du produit exotique a symbole patriotique (Cuba, XVIII-XIX)* celebrado na Université de Savoie-Chambéry (França), no *Forschungskolloquium zur SüdEuropäischen Geschichte* organizado pelo Instituto Cervantes de Munich (Alemanha) e a Ludwig Maximilians Universität desta mesma localidade, e no *Forschungskolloquium “Arbeitsverhältnisse und globale Verflechtungen”* da Leibniz Universität Hannover (Alemanha). Enriqueceu-se o texto graças a uma estada para trabalho no Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis de Amsterdão (Holanda) financiada pela Generalitat Valenciana. Fica o meu agradecimento a Xosé Manoel Núñez Seixas, Marcel van der Linden, Dominique Soucy, Anja Bandau e a todos/as os/as colegas que contribuíram para o desenvolvimento destas linhas com as suas conversas e críticas.

É certo que existem excelentes monografias com o tabaco cubano como protagonista e que nos últimos tempos proporcionaram reflexões que servem para assentar o conhecimento histórico da realidade tabaqueira cubana, partindo de referências como a conhecida obra de Jean Stubbs<sup>1</sup>, centrada na estrutura industrial tabaqueira da segunda metade do século XIX e começo do século XX até aos recentes trabalhos de Charlotte Cosner<sup>2</sup> sobre o papel do tabaco na configuração de um espaço atlântico, ou de William A. Morgan<sup>3</sup> sobre o mundo escravagista no âmbito tabaqueiro cubano, passando pelo livro de Joan Casanovas<sup>4</sup> que tem por objeto de estudo as primeiras organizações operárias que surgiram em Cuba, precisamente nas fábricas de elaboração de tabaco, ou os trabalhos coletivos coordenados por Santiago de Luxán<sup>5</sup>, sobre a trama atlântica do comércio tabaqueiro em sua relação com o estanco metropolitano tanto hispano como português.

Não nos esquecemos de obras mais clássicas como a de José Rivero Muñiz, uma recopilación exhaustiva, com forte acento descritivo, de todos aqueles assuntos tratados na *Junta Directora de la Real Factoría de Tabaco de La Habana*, já que as atas das suas reuniões são a principal fonte da qual o autor extrai a informação<sup>6</sup>; ou as páginas dedicadas ao tabaco de Friedlaender na sua história económica de Cuba<sup>7</sup>. Dentre os 'clássicos', possivelmente seja o trabalho de Leví Marrero o que oferece uma tentativa de maior compreensão global da relação entre açúcar e tabaco, e o papel deste último na configuração de um sistema de relações sociais e no processo de acumulação de capitais previamente à expansão açucareira<sup>8</sup>. Sem se esquecer também das breves referências de Manuel Moreno Fraginals com respeito ao impacto que

---

<sup>1</sup> Jean STUBBS, *Tobacco on the Periphery: a Case Study in Cuban Labour History, 1860-1958*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985 (ed. em espanhol La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 1989).

<sup>2</sup> Charlotte COSNER, *The Golden Leaf. How Tobacco Shaped Cuba and the Atlantic World*, Nashville, Vanderbilt University Press, 2015.

<sup>3</sup> William A. MORGAN, *Cuban Tobacco Slavery: Life, Labor and Freedom in Pinar del Río, 1817-1886*, PhD University of Texas at Austin, 2013.

<sup>4</sup> Joan CASANOVAS, ¡O pan, o plomo! Los trabajadores urbanos y el colonialismo español en Cuba (1850-1898), Madrid, Siglo XXI, 2000 (ed. original 1998).

<sup>5</sup> Santiago DE LUXÁN, Montserrat GÁRATE e José Manuel RODRÍGUEZ GORDILLO, *Cuba-Canarias-Sevilla. El estanco español del tabaco y las Antillas (1717-1817)*, Las Palmas de Gran Canaria, Ediciones del Cabildo de Gran Canaria, 2013; e Santiago DE LUXÁN (ed.), *Política y hacienda del tabaco en los imperios ibéricos (siglos XVII-XIX)*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

<sup>6</sup> José RIVERO MUÑIZ, *Tabaco, su historia en Cuba*, La Habana, Instituto de Historia, 1965, 2 vols.

<sup>7</sup> Heinrich FRIEDLAENDER, *Historia económica de Cuba*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978, 2 vols.

<sup>8</sup> Levi MARRERO, *Cuba. Economía y sociedad*, Madrid, Playor, 1983, especialmente vols. 7 e 11.

a eclosão açucareira de finais do século XVIII teve sobre o cultivo e os cultivadores de tabaco<sup>9</sup>.

### A arquitetura identitária do ethos cubano

Continua sendo um lugar comum reproduzir algumas das asserções sobre o mundo do tabaco cubano que por volta de 1940 Fernando Ortiz destacara na sua conhecida obra *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* na hora de traçar os fundamentos do que viria apresentar-se como a identidade cubana<sup>10</sup>. A exposição profundamente dicotômica que planeja ao longo do seu texto na hora de confrontar o mundo do açúcar frente ao mundo do tabaco leva-o a estabelecer uma visão de dois mundos sem espaços partilhados de interação social, política ou económica.

De forma categórica apresenta essas duas realidades protagonistas de Cuba desde finais do século XVIII ao afirmar que “el azúcar fue esclavitud, el tabaco fue libertad”<sup>11</sup>; duas fórmulas, a da liberdade e a da escravidão, que diretamente se encontram associadas a um componente racial, já que “el azúcar prefirió los brazos esclavos, el tabaco los hombres libres. El azúcar a la fuerza trajo negros, el tabaco estimuló la voluntaria inmigración de blancos”<sup>12</sup>. Estas asseverações de Fernando Ortiz que, aliás, foram-lhe muito úteis para configurar o seu discurso com relação aos pilares sobre os quais se construiria a essência de uma suposta *cubanidade*, foram apropriadas por uma série de autores posteriores provenientes de diferentes disciplinas das Ciências Sociais. Assim, encontramos-nos com García Galló como quando afirma que: “A diferencia del cultivo de la caña de azúcar jamás en el del tabaco se empleó al esclavo africano. La maña, el cuidado y la experiencia que requiere el tratamiento de las vegas tabacaleras no permitía el trabajo esclavista [...]. Y durante toda la época colonial y aún en nuestros días, la inmensa mayoría, casi la totalidad de los que siembran y cultivan el tabaco pertenecen al mismo grupo étnico [isto é, brancos]”<sup>13</sup>. E, nesta mesma linha, muito mais recentemente, o redator, com a sua escritura que dava forma à conversação que mantinha com o historiador Eusebio Leal, afirmava que este “jamás se aficionó al hábito de fumar, pero

<sup>9</sup> Manuel MORENO FRAGINALS, *El ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*, Barcelona, Crítica, 2001, pp. 41-49.

<sup>10</sup> Fernando ORTIZ, *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar. (Advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación)*, Madrid, Cátedra, 2002 (ed. original 1940).

<sup>11</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 209.

<sup>12</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 234.

<sup>13</sup> Gaspar Jorge GARCÍA GALLÓ, *Biografía del tabaco habano*, La Habana, Universidad Central de Las Villas, Departamento de Relaciones Culturales, 1959, pp. 39-40. O manuscrito desta obra concluiu-se em 1946, ainda que só tenha sido publicado mais de uma década depois.

confiesa que siempre ha hecho el elogio del Habano como una maravilla, como una exquisita obra de arte elaborada desde la plantación al torcido mediante un trabajo familiar, único y propio del hombre libre, pues en el tabaco nunca pusieron sus manos los esclavos, debido a que por naturaleza es una labor que nadie puede realizar atado a las cadenas y los yugos”<sup>14</sup>.

Em todo processo de construção de uma identidade coletiva, as alusões a um passado partilhado ocupam espaço determinante, pois ao seu redor aspira-se a constituir um sentido de comunidade. A necessidade de dotar com fundamentos referenciais os projetos sociais e políticos, decorrentes dos processos de mudanças que alteram as pautas tradicionais de coesão e das relações sociais estruturadas ao seu redor, encontra na sublimação do passado os ingredientes adequados para a sua cimentação. O recurso a esse passado tem dupla missão: se, por um lado, confere a matéria-prima para configurar essa identidade, torna-se, por outro lado, o elemento sobre o qual se erige a sua legitimação. Agora bem, trata-se de um passado instrumentalizado, um passado ‘refeito’ em função de um presente que se aspira a referendar, quando não de um passado ‘inventado’ ou ‘imaginado’ política e intelectualmente com o fim de aglutinar internamente os diversos componentes de uma coletividade<sup>15</sup>. Se, além disso, este processo de construção identitária chega a desenhar-se – e impor-se – a partir das instituições nas quais se deposita o exercício do poder, poderemos observar uma implicação direta na reprodução dos mecanismos de dominação política e social. A memória desempenha neste assunto um papel protagonista<sup>16</sup>.

O passado, devindo em ‘história’, torna-se um fornecedor de atributos prioritários na construção de um sentido “para la gente”, aquilo que configura

---

<sup>14</sup> “Andar La Habana de Habanos”, *Acuarela del Tabaco* (La Habana), nº 10 (1999), pp. 50-53. De forma mais matizada e muito menos taxativa, mas influenciada igualmente por este estereótipo, cabe destacar a afirmação de Franklin W. Knight: “tobacco farming was an activity of free white and free colored people with very little use of slave labor. [...] In reality, therefore, relatively few slaves participated in the delights of the vegas, compared to those on the sugar states”. Franklin W. KNIGHT, *Slave society in Cuba During the Nineteenth Century*, Madison, University of Wisconsin Press, 1970, p. 65.

<sup>15</sup> Eric J. HOBBSBAWM, “Introduction: Inventing Traditions”, en Eric J. Hobsbawm & Terence Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 1-14; e Benedict ANDERSON, *Imagined Communities. Reflections On the Origin and Spread of Nationalism*, Londres/New York, Verso, 1983.

<sup>16</sup> Maurice HALBWACHS, “Memoria colectiva y memoria histórica”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 69 (1995), pp. 209-219. Mais extensamente em Maurice HALBWACHS, *La mémoire collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (ed. original 1950), edição crítica de Gérard Namer. Essenciais também são as reflexões de Tzvetan TODOROV, *Los abusos de la memoria*, Barcelona, Paidós (ed. original 1995). É de interesse a sistematização realizada por Eduardo GONZÁLEZ CALLEJA, *Memoria e Historia. Vademecum de conceptos y debates fundamentales*, Madrid, Los Libros de La Catarata, 2013.

a identidade<sup>17</sup>. E esta se oferece como algo estável, imanente e, inclusive, inevitável. Tende-se a reificá-la, a convertê-la num princípio natural, fora do alcance da intervenção humana e da ação coletiva, mas que as condiciona, entretanto, em sua quotidianidade.

Embora na base de todo processo de construção de uma identidade nacional podemos encontrar-nos com os mesmos ingredientes, na sua configuração estes se combinam de formas e em graus muito diversos, atendendo variáveis políticas, culturais, económicas e sociais específicas, portanto resulta difícil poder estabelecer um modelo único apesar das similitudes formais que encontramos entre uns e outros<sup>18</sup>. Por outro lado, atrás do discurso do ‘caráter nacional’ subjaz um halo de harmonia social que esfuma os conflitos e não deixa espaço para as negações, resistências e rupturas, criando uma falsa totalidade de valores partilhados na qual se tornam fictícias as continuidades<sup>19</sup>.

A sua condição atemporal repousa na ideia de uma coletividade cuja missão é a de preservar e promover o culto a uma herança, um património e/ou uma tradição comum, que sirva de agente aglutinante e esfume qualquer diversidade que exista entre os diferentes componentes internos, ao mesmo tempo em que estabelece a diferença com relação aos que se consideram elementos ‘externos’. Inclusive no seu desenho mais democrático, o fator excludente torna-se, em princípio, um protagonista que atua como acelerador dessa coesão que se aspira a configurar, porque sobre ele recai a capacidade de volatilizar, inclusive da forma mais banal, os rastros de heterogeneidade que possam tornar-se obstáculo para a construção do projeto identitário<sup>20</sup>.

Quando o historiador, e especialmente o historiador crítico, enfrenta-se a este fenómeno de identidades coletivas, transladadas – pelo que neste texto nos corresponde – à identidade nacional, não pode proceder de outro modo senão concebê-las como fenómenos de caráter social, construído socialmente em função da inter-relação estabelecida entre os interesses existentes num momento e espaço específicos<sup>21</sup>. E, além disso, sujeito à mudança no

<sup>17</sup> Manuel CASTELLS, *La era de la información. Economía, sociedad y cultura* (2). *El poder de la identidad*, Madrid, Alianza, 2003, p. 35. A este respeito, ainda que com substanciais diferenças, também cabe mencionar a reflexão de Miroslav HROCH, “La construcción de la identidad nacional: del grupo étnico a la nación moderna”, *Revista de Occidente*, 161 (1994), pp. 45-60.

<sup>18</sup> Orvar LÖFGREN, “The Nationalization of Culture”, *Ethnologia Europea*, XIX/1 (1989), p. 5-24.

<sup>19</sup> Raphael SAMUEL, “Continuous National History”, en Raphael Samuel (ed.), *Patriotism: The Making and Unmaking of British National Identity* (I). *History and Politics*, Londres/New York, Routledge, 1989, pp. 9-17.

<sup>20</sup> Anne-Marie THIESSE, *La création des identités nationales. Europe xviii-xx<sup>e</sup> siècles*, Paris, Éditions du Seuil, 2001, pp. 11-18.

<sup>21</sup> Notas sobre o papel da cultura na construção dos imaginários nacionais em Javier MORENO LUZÓN e Xosé Manoel NÚÑEZ SEIXAS (eds.), *Ser españoles. Imaginarios nacionalistas en el siglo XX*, Madrid, RBA, 2013, especialmente pp. 9-13.

decorrer do tempo e à ação dos indivíduos – também como seres sociais –. A identidade, portanto, manifesta-se como processo histórico de construção social despojado de qualquer essencialismo acrítico que suprima a capacidade de intervenção humana para inseri-la num eixo de relações sociais que lhe confira uma condição histórica específica<sup>22</sup>.

No processo de construção do discurso identitário cubano que desde meados do século XIX vem-se articulando, podemos identificar duas etapas. A primeira caracterizar-se-ia pelo integrismo essencialista no qual o componente racial equipara-se à ‘nação’ convertendo a homogeneidade fundada na ‘raça’ numa condição ineludível da sua configuração. Neste discurso, a heterogeneidade de etnias e culturas no seio da sociedade cubana concebia-se como ameaça para a ‘verdadeira’ cubanidade que devia recuperar-se tanto a partir da ação política como da exclusão intelectual<sup>23</sup>. No que diz respeito à segunda etapa, esfuma-se o protagonismo da ‘raça’ como elemento identitário, sem chegar a desaparecer por completo o remanescente de exclusão. O imaginário nacionalista cubano branco cerceava as aspirações de quem visasse a assentar um projeto de identidade não exclusivo nem excludente, tanto no aspecto racial como no social. A partir de meados da década de 1920, à obra de Fernando Ortiz, Ramiro Guerra ou Juan Marinello, juntamente com outros intelectuais, caberia introduzir uma série de variáveis que transcenderiam o racial para entrar no cultural como fundamento do *ethos* cubano<sup>24</sup>.

As próprias circunstâncias históricas pelas quais Cuba navegava ao longo da primeira metade do século XX obrigavam a elaborar um discurso que, ao mesmo tempo em que pretendia combater a ingerência e influência estadunidense, devia superar um enfoque ‘pan-hispanista’ enraizado na ‘raça comum’ entre a antiga metrópole, Espanha, e sua outrora colonial América

<sup>22</sup> Peter BERGER e Thomas LUCKMANN, *La construcción social de la realidad*, Buenos Aires, Amorrortu, 1968 (ed. original 1966); e Joan SCOTT, “El eco de la fantasía: la historia y la construcción de la identidad”. *Ayer*, 62 (2006), pp. 111-138 (ed. original 2001).

<sup>23</sup> Josef OPATRNY, “Algunos aspectos del estudio de la formación de la nación cubana”, in Consuelo Naranjo e Tomás Mallo (eds.), *Cuba la perla de las Antillas*, Aranjuez, Ediciones Doce Calles/CSIC, 1994, pp. 249-259; e, com mais profundidade, Josef OPATRNY, *José Antonio Saco y la búsqueda de la identidad cubana*, Praga, Univerzita Karlova v Praze, 2010, especialmente pp. 154-183. Também, Ada FERRER, “Social Aspects of Cuban Nationalism: Race, Slavery, and the Guerra Chiquita, 1879-1880”, *Cuban Studies*, 21 (1991), pp. 37-56.

<sup>24</sup> Consuelo NARANJO, “En búsqueda de lo nacional: migraciones y racismo en Cuba (1880-1910)”, in Consuelo Naranjo, Miguel Ángel Puig-Samper y Luis Miguel García Mora (eds.), *La nación soñada: Cuba, Puerto Rico y Filipinas ante el 98*, Madrid, Doce Calles, 1996, pp. 149-162; e “Cultura, identidad y nación en las obras de Fernando Ortiz y Antonio S. Pedreira”, *Tebeto*, Anexo V (2004), pp. 148-165. También Alejandro DE LA FUENTE, *Una nación para todos. Raza, desigualdad y política en Cuba (1900-2000)*, Madrid, Editorial Colibrí, 2000, especialmente cap. 1 “¿Orden racial o democracia racial? La raza y las formulaciones de la cubanidad”.

hispana<sup>25</sup>. O “doloroso exame de consciência” ao que isto obrigava derivava numa reflexão com relação à nação e à identidade como fundamentos de uma soberania postergada<sup>26</sup>. O objetivo de construir um referente próprio, integrador do cultural e o étnico, implicou por a seu serviço as diferentes disciplinas das Ciências Humanas e Sociais.

Superar o componente racial como fundamento da cubanidade obrigava a derivar o eixo articulador do discurso a uma perspectiva arraigada no amálgama cultural adornado com elementos históricos e sociais. Neste sentido, erige-se o processo de transculturação na coluna vertebral do forjamento da nacionalidade cubana. Nela os diferentes estratos culturais não se subordinavam uns aos outros, ao contrário, misturavam-se para dar lugar a algo completamente diferente em cada um dos ingredientes iniciais. Assumia-se a herança do passado num projeto reformista, cívico, corporativo e patriótico – com não poucos traços de um independentismo pré-noventaioista – que deveria ficar integrado num imaginário coletivo dotado de uma cultura nacional específica<sup>27</sup>.

A partir da conferência realizada por Fernando Ortiz a princípios de Janeiro de 1911, titulada *Seamos hoy como fuimos ayer* até à edição de *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar* em 1940, encontramos um fio condutor não isento de matizações e precisões. O compromisso intelectual concretizava-se numa preocupação por consolidar uma Cuba independente que resistisse tanto às pretensões estadunidenses – internas e externas – de absorção como a afirmação de superioridade de um hispanismo formador<sup>28</sup>. A defesa da soberania nacional passava por arraigar sinais de identidade específicos em que o indígena, o hispano e o africano amalgamavam-se num plano de igualdade para resultar uma singularidade cubana ‘americanizada’<sup>29</sup>. Ortiz promovia um afastamento do componente primordialista racial/

<sup>25</sup> Um exemplo extremo deste ‘hispanismo’, mas que se encontra na raiz do ideal de *hispanidad* posterior, seria a proposta – no contexto bélico da Primeira Guerra Mundial e com uma postura abertamente germanófila – do integrista católico Juan Vázquez de Mella de uns Estados Unidos de espanhóis da América do Sul a modo de contrapeso dos Estados Unidos anglo-saxões da América do Norte. Juan VAZQUEZ DE MELLA, *El ideal de España. Los tres dogmas nacionales*, Madrid, Imprenta Alemana, 1915, p. 75.

<sup>26</sup> Françoise MOULIN-CIVIL, “El discurso regeneracionista en Fernando Ortiz”, in Consuelo Naranjo e Carlos Serrano (eds.), *Imágenes e imaginarios nacionales en el ultramar español*, Madrid, CSIC / Casa de Velázquez, 1999, p. 227.

<sup>27</sup> MOULIN-CIVIL, “El discurso regeneracionista”, cit., p. 231; e “La Revista Bimestre Cubana et la mobilisation culturelle nationale: l’influence de Fernando Ortiz (1921-1931)”, *América. Cahiers du CRICCAL*, 5/5 (1990), pp. 47-58.

<sup>28</sup> NARANJO, “En búsqueda de lo nacional”, cit., p. 155; e Ricardo QUIZA, “Fernando Ortiz, los intelectuales y el dilema del nacionalismo en la República (1902-1930)”, *Temas. Cultura, Ideología, Sociedad*, 22-23 (2000).

<sup>29</sup> Consuelo NARANJO e Miguel Ángel PUIG-SAMPER, “Fernando Ortiz y las relaciones científicas hispano-cubanas, 1900-1940”, *Revista de Indias*, vol. LX/219 (2000), p. 486.

biológico como fundamento da cubanidade para construir um imaginário comunitário idealizado. O termo transculturação<sup>30</sup> desenvolvido por este autor serviria para exemplificar esse aglutinante no qual se sacrificavam as diferenças com vistas a conferir uma unicidade harmónica e homogênea ao projeto sociocultural legitimador de uma nacionalidade no qual se concebe o passado como embrião do presente e o presente como o momento que conferia o seu sentido definitivo a esse passado<sup>31</sup>. O projeto de futuro, o que ‘deveria ser’, converte-se assim no meio de interpretar o passado que devém ficticiamente ao presente a modo de herança partilhada, gerando o que para certo autor denominou-se o ideal de *homo cubensis*<sup>32</sup>.

Este trabalho de artifício regeneracionista, fornecedor de referentes identitários integradores da nacionalidade cubana, mesmo quando supõe uma superação do essencialismo racial e imprime, a partir da antropologia e da etnologia, certo sentido dialético em sua configuração<sup>33</sup>, não deixa de arrastar certos componentes que perpetuam a imanência e detraem dinamismo histórico ao processo de configuração do discurso identitário.

Para Fernando Ortiz, assim como para Ramiro Guerra, a história era concebida como o instrumento ao redor do qual a nação poderia e deveria articular-se proporcionando uma continuidade aglutinadora. A história ficava ao serviço da nação e destacava um campesinato branco enraizado no seu território como representação de uma cultura e identidade comum passando a configurar os fundamentos de um imaginário popular e de uma

---

<sup>30</sup> Diante do conceito de “transculturação” é sugestiva a proposta de Moreno Friginals do termo “desculturação” fundado numa “lucha entre la cultura dominante [eurocéntrica], que pretende ser un factor integrador y de sometimiento, y la cultura dominada [esclava], como factor integrador de la resistencia”. Precisamente este conflito será o que condicionará o processo de formação de uma identidade específica. Manuel MORENO FRAGINALS, “En torno a la identidad cultural en el Caribe insular”, in *La historia como arma y otros estudios sobre esclavos, ingenios y plantaciones*, Barcelona, Crítica, 1983, p. 167. No entanto, esta interessante reflexão contrasta com a atribuição a esses mesmos agentes sociais de estarem inseridos num processo de *cubanização* do qual desconhecemos tanto o significado histórico como os condicionantes que influíram na sua configuração, o que nos deixa novamente diante de um cenário estritamente discursivo. Manuel MORENO FRAGINALS, “Aportes culturales y deculturación”, in *La historia como arma*, cit., p. 48.

<sup>31</sup> A reflexão, referente ao discurso identitário britânico, em Raphael SAMUEL, “Continuous National History”, cit., pp. 9-17.

<sup>32</sup> Rafael ROJAS, “Contra el homo cubensis: transculturación y nacionalismo en la obra de Fernando Ortiz”, *Cuban Studies*, 35 (2005), pp. 1-23.

<sup>33</sup> Enrique LÓPEZ MESA, “Historiografía y nación en Cuba”, in *Imágenes e imaginarios*, cit., p.174; e Jorge IBARRA, “Descubrir al otro en la cultura. Aportes de Fernando Ortiz”. *Revolución y Cultura*, 5 (1995).

‘história oficial’<sup>34</sup>. A idealização do mundo indígena que Vidal Morales havia elaborado na primeira década do século xx, retomada três décadas depois por Ramiro Guerra, agora se trasladava a uma comunidade camponesa coesa na qual os conflitos ficavam ausentes<sup>35</sup>.

A partir desta concepção, a natural harmonia só se via ameaçada por elementos externos claramente identificados, em última instância, como os responsáveis pela decadência da sociedade cubana: a dominação do poder colonial e a ingerência estrangeira. A sua erradicação permitiria recuperar a essência da harmoniosa cubanidade, arraigada numa comunidade rural herdeira da tradição hispana sobre a qual se forjou uma identidade própria, como passo prévio e necessário para constituir e fortalecer a própria soberania.

Apesar de tudo, a obra e as propostas de Fernando Ortiz significaram um passo adiante, contribuindo não só com exemplos adicionais como também com reflexões originais para as correntes então sustentadas por alguns intelectuais europeus no âmbito das Ciências Sociais.

### **O mundo do tabaco como aglutinante da cubanidade**

Na obra e propostas de Fernando Ortiz, todo este processo contava com um protagonista destacado: o tabaco. Este se converteria no eixo aglutinador da identidade cubana. Assim, o mundo do campo reuniria todas aquelas virtudes e valores que se pretendia conferir ao povo e à nação cubana: essências da natureza que, mediante o arraigo ao território, acabavam por ser transferidas ao ‘ser’ cubano. Entretanto, na configuração desta imagem identitária vemos, de forma reiterada, um conjunto de reflexos que despojavam a realidade tabaqueira de toda complexidade em qualquer um dos seus âmbitos, propondo – a partir da sua idealização – uma simplificação extrema do social, racial, jurídico, laboral e político que reúne o entorno do mundo do tabaco.

---

<sup>34</sup> Miguel Ángel PUIG-SAMPER y Consuelo NARANJO, “Fernando Ortiz: Herencias culturales y forja de la nacionalidad”, in *Imágenes e imaginarios*, cit., p. 199; Consuelo NARANJO, “Cuba, 1898. Reflexiones en torno a la continuidad y a los imaginarios nacionales”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 20 (1998), pp. 221-234; e Consuelo NARANJO, “Creando imágenes, fabricando historia: Cuba en los inicios del siglo XX”, *Historia Mexicana*, LIII/210 (2003), pp. 511-540. Sobre o papel das ‘histórias oficiais’ na América Latina pode versar e Miquel IZARD, “Enmascaramientos y escamoteos. Sobre la independencia latinoamericana”, *Historia Social*, 2 (1988), pp. 99-118; e Christopher SCHMIDT-NOWARA, *The Conquest of History. Spanish Colonialism and National Histories in the Nineteenth Century*, Pittsburg, University of Pittsburg Press, 2008.

<sup>35</sup> Vidal MORALES, *Nociones de la historia de Cuba*, La Habana. Librería e imprenta La Moderna Poesía, 1904; Ramiro GUERRA, *Azúcar y población en las Antillas*, La Habana, Cultural, 1927; Ramiro GUERRA, *Manual de historia de Cuba (económico, social y política)*, La Habana, Cultural, 1938; e, por último, Julio LE RIVEREND, “Don Fernando Ortiz en la historiografía cubana”, *Anales del Caribe*, 2 (1982).

Em *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* propõe um modelo interpretativo específico sobre os fundamentos identitários da cubanidade. A contraposição que realiza paralelamente com respeito a dois dos produtos primitivos da economia e da sociedade cubana contemporânea serviu-lhe para elaborar uma enumeração dos traços definidores do *ethos* cubano. Aduz que o mundo da cana, alheio por definição no seu discurso às essências próprias, veio imprimir, pela sua angustiosa e violenta presença, uma série de profundas influências “nas formas de viver” e, por extensão, no caráter cubano. Mas, ao mesmo tempo, marca as distâncias entre um e outro, pois cabia afastar o mundo do tabaco de todos os traços que se atribuem ao universo do açúcar. E da sua enumeração decorre uma série de estereótipos que alguns historiadores posteriormente aceitaram, fazendo uso e abuso deles como realidades comprovadas, evitando, em vista de um interesse ideológico e nacionalista, o requerido trabalho de análise crítica<sup>36</sup>.

A modo de exemplo, podemos resgatar alguns dos contrapontos propostos por Fernando Ortiz na sua obra, para ilustrar o que se assinalou nas páginas precedentes, descendendo do mais formal e descritivo até àqueles elementos que têm maior relação com um conteúdo ideológico e político. Assim, se o tabaco se caracteriza pelo ‘cuidado’ que requer no seu cultivo, a cana se destaca pelo seu ‘abandono’; se o primeiro precisa de “poucos”, o segundo, com relação ao trabalho, “muitos”; se o primeiro requer “inteligência”, o segundo baseia-se na “força”; se o tabaco se trabalha com as “mãos”, os “braços” são imprescindíveis para o açúcar; a “finura” da manipulação da folha contrasta com a grosseria da manufatura açucareira<sup>37</sup>. A enumeração de todas estas características referentes aos diferentes requisitos de cada planta na sua fase agrícola serve para estabelecer um primeiro conjunto de traços extrapoláveis à idiossincrasia cubana. Estes seriam fundados na distinção que se estabelece entre o agressivo e impessoal do cultivo do doce e o trabalho baseado num conhecimento e na posse de habilidades associadas às atividades do trabalhador das veigas.

A imagem oferecida por Fernando Ortiz com respeito ao mundo da veiga é apresentada como uma paisagem romântica na qual a simbiose imaginada entre camponês e natureza radicaria na domesticação harmoniosa desta pelo primeiro. Uma imagem que contrasta com as contínuas queixas que podemos encontrar em não poucos memoriais e tratados do século XIX pelo pouco

<sup>36</sup> Sobre o contexto e a evolução historiográfica cubana, sem pretensão de ser exaustivo, e com alguns argumentos discutíveis, podem ver-se algumas reflexões recentes em Óscar ZANETTI, *Isla en la historia: la historiografía de Cuba en el siglo XX*, La Habana, Ediciones Unión, 2005; Ricardo QUIZA (comp.), *Nuevas voces... viejos asuntos: panorama de la reciente historiografía cubana*, La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 2005; e “Historiografía y revolución: la ‘nueva’ oleada de historiadores cubanos”, *Millars. Espai i Història*, XXXIII (2010), pp. 127-142.

<sup>37</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., pp. 140-141 e 204.

esmero que os trabalhadores do cultivo do tabaco aplicavam na colheita da folha, portanto, o “cuidado”, a “inteligência” e a “finura” não seriam outra coisa senão características de um cultivo ideal que, no geral, poucas vezes se alcançava<sup>38</sup>.

Como vimos afirmando, as contraposições elaboradas por Fernando Ortiz devem transladar esse imaginário a supostas virtudes sociais próprias de quem dedica o seu tempo ao cultivo da folha de tabaco: *confiável* – posto que oferece honestamente o melhor do seu trabalho e do seu fruto –, *livre* – posto que o seu trabalho não se sujeita a ingerências estranhas – e *leal* – posto que cumpre os seus compromissos e atende as suas obrigações –<sup>39</sup>.

A pauta seguida sustenta que, diferentemente do açúcar, cujo entorno social ficava subjugado ao processo de elaboração industrial e ao tráfico mercantil, “la vega es independiente”<sup>40</sup>. O que contrasta, como assinalara já a meados do século XIX Melchor Rodríguez Ferrer, com a subordinação mercantil a que o trabalhador das veigas estava sujeito, com os condicionantes impostos por mercados aos quais lhes convinha contar com colheitas de certas veigas, cujas boas qualidades são conhecidas; e assim deixar comprometida a venda de um ano para outro, adiantando parte do dinheiro da compra realizada com os produtores de folha de tabaco. Sistema pelo qual os veigueiros, necessitados de dinheiro, aceitavam as condições e sacrifícios que lhes exigissem os mercados a partir desse momento<sup>41</sup>. Fatores que, como vemos, afastam a realidade tabaqueira da idílica formulação de um pequeno campesinato *livre* e imune aos mecanismos de dependência impostos pela realidade social e económica do momento.

<sup>38</sup> A modo de exemplo podemos assinalar as memórias e tratados de José FERNÁNDEZ MADRID, *Memorias sobre el comercio, cultivo y elaboración del tabaco en esta siempre fiel Isla de Cuba*, La Habana, Imprenta Fraternal de los Díaz de Castro, 1821; a do teniente coronel retirado Tomás DE SALAZAR, *Cartilla agraria para el cultivo del tabaco y apuntes sobre su estado y mejoras que pueden hacerse en la parte occidental o Vuelta Abajo de la Isla de Cuba*, La Habana, Imprenta del Gobierno y Capitanía General y Real Hacienda, 1850; la de Melchor RODRÍGUEZ FERRER, *El tabaco habano. Su historia, su cultivo, sus vicisitudes, sus más afamadas vegas en Cuba*, Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordomudos, 1851; e o anónimo, *Memoria sobre el tabaco de la Isla de Cuba, en la que se indican algunas mejoras de que es susceptible su cultivo y preparación*, La Habana, Imprenta de Antonio María Dávila, 1852.

<sup>39</sup> Tivemos ocasião de expor algumas destas reflexões em Vicent SANZ ROZALÉN, “Le tabac dans le discours identitaire cubain: revisiter les conflits pour restituer l’Histoire”, in Sylvie Bouffartigue (ed.), *Les fruits de la terre. Du produit exotique au symbole patriotique*, Paris, Indigo, 2013.

<sup>40</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 173.

<sup>41</sup> “Al mercader le conviene contar con cosechas de ciertas vegas, cuyas cualidades le son conocidas; y de aquí, el dejar ligada, como dicen, las de unos años para otros, mediante algunos suministros y adelantos [y así] los vegueros que se hallan con necesidad de hacer los sacrificios que le exigen [sic] sus mercaderes, a trueque de no carecer de la seguridad de la venta, y sobre todo, de los adelantos pecuniarios”. RODRÍGUEZ FERRER, *El tabaco habano*, cit., p. 120.

Nesta mesma linha podemos referir-nos ao fenómeno que se converteu, desde muito cedo, no principal motivo de desassossego das autoridades da *Real Factoría*: o contrabando. Embora se tratasse de uma prática realizada à margem dos marcos legais, não deixa de ser uma relação mercantil que impõe os seus próprios mecanismos de dependência e subordinação. Apesar de que tivessem sido constantes as disposições recordando a proibição de comercializar a folha e, de forma particular, o incumprimento era cotidiano e habitual. Em 1760 as autoridades manifestavam as suas queixas com relação aos veigueiros de Trindad e localidades vizinhas pelo fato de que as suas costas estavam “a la distancia de veinte leguas de Jamaica y a la vista de las colonias francesas y viciados los cosecheros y demás naturales en el frecuente ilícito comercio de llevar sus tabacos y demás frutos en cambio de géneros y negros”<sup>42</sup>. A princípios do século XIX o contrabando persistia, do mesmo modo que as queixas das autoridades: “lo que sobremanera perjudica al ramo de tabacos es el extravío de este género por los mismo labradores”<sup>43</sup>. E, nas vésperas da abolição do estanco, afirmava-se que “puede asegurarse no se presentan más que la cuarta parte de las cosechas anuales de la isla”<sup>44</sup>.

As evidências desta realidade põem em interdição a fidelidade e lealdade dos produtores de tabaco a modo de sustento da honradez que se pretendia oferecer como valor intrínseco da cubanidade frente ao entorno corrupto da cana<sup>45</sup>. Mas, mais além do contrabando, as práticas cotidianas dos veigueiros também se viam repletas de argúcias e “vícios” como o de introduzir folhas desprezíveis em terços de outras de maior qualidade<sup>46</sup>. Em 1760 os oficiais da *Real Factoría* afirmavam que “acostumbran los labradores llevar sus tercios de hoja de modo que al amanecer lleguen a donde los han de entregar con pretexto del rigor de los soles pero es el motivo porque el sereno de aquel país produce un agua tan melosa que aumenta considerablemente el peso del tercio y para evitar este perjuicio que no es pequeño se debe prevenir al labrador que venga de día y si se escusare no se le debe recibir el tabaco hasta después de las diez de la mañana”<sup>47</sup>.

Resta destacar, neste nível, a contraposição que em maiores ocasiões foi repetida por diversos autores e apresentada como evidência de um traço de

<sup>42</sup> Archivo General de Indias (AGI), Cuba, leg. 1312; e AGI, Ultramar, leg. 233.

<sup>43</sup> AGI, Ultramar, leg. 235. Sobre extravios também se pode ver Archivo Nacional de Cuba (ANC), Intendencia General de Hacienda, leg. 1103, exp. 31; e AGI, Cuba, leg. 1601.

<sup>44</sup> AGI, Ultramar, leg. 240.

<sup>45</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 182.

<sup>46</sup> A este respeito podem ver-se os diferentes regulamentos e instruções da *Real Factoría* e da forma como devem agir os produtores subalternos em toda a ilha. AGI, Ultramar, leg. 233; AGI, Santo Domingo, leg. 2002; AGI, Cuba, leg. 1312; e ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 476, exp. 13.

<sup>47</sup> AGI, Cuba, leg. 1312.

cubanidade inquestionável: “el azúcar fue esclavitud, el tabaco fue libertad”<sup>48</sup>. E soma-se com o componente racial que assinalávamos no item anterior: “el núcleo veguero fue siempre libre y blanco”<sup>49</sup>, “para el tabaco se atrajo la población blanca y libre mientras para la caña se importó la negra y esclavizada”<sup>50</sup>, “el azúcar prefirió los brazos esclavos, el tabaco los hombres libres. El azúcar a la fuerza trajo negros, el tabaco estimuló la voluntaria inmigración de blancos”<sup>51</sup>.

Diante desta imagem branqueada do mundo do tabaco, a presença de negros escravos nos diferentes trabalhos de produção e manipulação do tabaco foi constante e considerável ao longo dos séculos XVIII e XIX, proporcionados aos veigueiros em condições vantajosas por parte da *Real Factoría* e convertendo esta política de provisão de mão de obra forçada num dos pilares do fomento do tabaco quando a sua demanda começava a aumentar<sup>52</sup>. A respeito disto, Melchor Rodríguez Ferrer fazia referência a uma notícia do *Diario de la Marina* que contabilizava o número de escravos dedicados ao tabaco na jurisdição de Nueva Filipina – a região de Vuelta Abajo – na parte ocidental da ilha: “La población de esos mismos partidos [...] era de 23.080 blancos y 10.377 de color. Los cultivadores del tabaco son los primeros, porque los segundos, esclavos en casi su totalidad, trabajan para sus dueños”<sup>53</sup>.

Paralelamente a esta imagem do trabalhador livre une-se a que associa o tabaco à difusão do pequeno campesinato: frente à “plantação extensa” do açúcar, o “plantio hortelão” do tabaco<sup>54</sup>, para assegurar – reeditando o ideal da ‘Cuba pequena’ – que “la vega no formó latifundios y fomentó la pequeña propiedad”<sup>55</sup>. Tudo isso fazia parte do ideal regeneracionista que depositava

<sup>48</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 140 e, a literalidade na p. 209.

<sup>49</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 205. A mesma ideia já se apresenta anteriormente na p. 140.

<sup>50</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 207.

<sup>51</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 234.

<sup>52</sup> Referências sobre o trabalho escravo e a presença de mão de obra de cor nas atividades tabaqueiras ao longo dos Setecentos e Oitocentos podem encontrar-se em Vicent SANZ ROZALÉN, “Los negros del Rey. Tabaco y esclavitud en Cuba a comienzos del siglo XIX”, em José A. PIQUERAS (ed.), *Trabajo libre y coactivo en sociedades de plantación*, Madrid, Siglo XXI, 2009, p. 151-176. É fundamental a análise de MORGAN, *Cuban Tobacco slavery*, cit.; e as reflexões de Michael ZEUSKE, “Sklaven und Tabak in der atlantischen Weltgeschichte”, agradeço ao seu autor por ter-me proporcionado este texto. Também em RIVERO MUÑIZ, *Tabaco. Su historia en Cuba*, cit., 2 vols. O uso e intercâmbio de escravos no mundo do tabaco é objeto de análise de Enrique LÓPEZ MESA, “Tabaco, mito y esclavos en Cuba”, *Revista Brasileira do Caribe*, X/19 (2009), p. 53-78; e referido em Hubert H. S. AIMES, *A History of Slavery in Cuba, 1511 to 1818*, New York, Octagon Books, 1967, p.21.

<sup>53</sup> RODRÍGUEZ FERRER, *El tabaco habano*, cit., p. 145.

<sup>54</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 172.

<sup>55</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 204.

no pequeno campesinato o modelo de progresso que o desenvolvimento cubano devia promover <sup>56</sup>.

Entretanto, a pequena exploração não deveria ser confundida com a pequena propriedade. Os veigueiros não eram, na maior parte, proprietários das veigas nas quais trabalhavam: “que ni aún las tierras que cultivan son suyas”<sup>57</sup>. Tratava-se de uma cessão em usufruto de terrenos realengos, propriedade da Coroa e administrados através da *Real Factoría*. Em nenhum caso, e bem se encarregavam de precisar, transferia-se título de propriedade e que somente se outorgava a posse com a condição de que a produção de folha de tabaco fosse entregue aos funcionários reais para a remessa das mesmas às fábricas peninsulares<sup>58</sup>. No que diz respeito às terras altas destinadas a celeiros e alojamento do veigueiro, na sua maior parte, pertenciam a fazendeiros particulares a quem se devia pagar uma renda anual por ‘facção’<sup>59</sup>.

Com a abolição do estanco e a supressão da *Real Factoría* em 1817 não foram poucos os proprietários que acumularam grandes propriedades de veigas de tabaco trabalhadas por veigueiros arrendatários. E, mais adiante, foram os próprios marquistas que adquiriram grandes extensões de veigas de tabaco para prover-se em tempos de escassez<sup>60</sup>. Embora a exploração pudesse ser pequena, não era assim a propriedade, portanto dificilmente poderia extrapolar-se a ideia de que o camponês do tabaco poderia chegar a emancipar-se socialmente<sup>61</sup>, e atribuir ao tabaco a criação da “clase media, burguesía libre”, frente ao açúcar que “ha creado clases extremas, esclavos y amos, proletarios y hacendados”<sup>62</sup>. Rodríguez Ferrer, uma vez mais, bom conhecedor da realidade cubana a meados do século XIX, servir-nos-á para oferecer uma imagem muito mais próxima à realidade do tabaco: “no tiene por lo común ninguna propiedad en las vegas, ni su usufructo, y lo que es más triste, ni medio alguno para conseguirlo”<sup>63</sup>.

<sup>56</sup> NARANJO, “Cultura, identidad y nación”, art. cit. p. 162; “La historia se forja en el campo: nación y cultura cubana en el siglo XX”, *Historia Social*, 40 (2001), pp. 153-174; e “Criollización y transculturación en la obra de Fernando Ortiz: un contrapunteo entre el pasado y el presente”, em Josef OPATRNY (ed.), *Caribe/Caribes: criollización y procesos de cambio*, Praga, Univerzita Karlova v Praze, 2006, pp. 11-24.

<sup>57</sup> AGI, Ultramar, leg. 236.

<sup>58</sup> Com respeito à cessão de terras da parte da *Real Factoría* aos veigueiros, Intendencia General de Hacienda, leg. 476, exp. 6 e leg. 1064, exp. 17; AGI, Ultramar, leg. 235; e AGI, Santo Domingo, leg. 2002.

<sup>59</sup> Com respeito aos facções (*machetes*, em espanhol), RODRÍGUEZ FERRER, *El tabaco habano*, cit., p. 127; ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 91, exp. 2; AGI, Ultramar, leg. 245; e ANC, Real Consulado, leg. 99, exp. 3950.

<sup>60</sup> STUBBS, *Tabaco en la periferia*, cit.; y CASANOVAS, ¡O pan, o plomo!, cit.

<sup>61</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 483.

<sup>62</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 215.

<sup>63</sup> RODRÍGUEZ FERRER, *El tabaco habano*, cit., p. 127.

Cabe prosseguir com os contrapontos do discurso quando se afirma que “para el azúcar todo fue favor y privilegio... con exenciones de embargos y con la merced gratuita de la tierra”<sup>64</sup>, esquecendo-se da isenção de díizimos aos veigueiros em 1801<sup>65</sup>, a cessão das terras aos veigueiros sem nenhuma renda e a provisão de capitais e mão de obra escrava em condições vantajosas da parte da *Real Factoría*. Do mesmo modo, concebe-se que “el tabaco siempre ha sido dominado económica y políticamente por el poder interno” enquanto que “el azúcar, al contrario, ha sido gobernada por una fuerza extranjera suprimpuesta al poder insular”<sup>66</sup>. Decorre daí que “el azúcar tuvo una economía dirigida, el tabaco tuvo una economía espontánea”<sup>67</sup>, e enquanto o primeiro debatia-se “por la traída del capital foráneo”<sup>68</sup>, o segundo arraigava-se sem necesidad deste. O esquecimento, uma vez mais, da presença e papel da *Real Factoría*, da dependência do situado mexicano para atender as necessidades económicas da produção tabaqueira, chega a ser surpreendente<sup>69</sup>. Tudo isso para acabar com a afirmação de que “el tabaco ha sido siempre más cubano que el azúcar [...] por su nacimiento, por su espíritu y por su economía”<sup>70</sup>.

Outro conjunto de traços identitários é o que tem a ver com a recuperação reelaborada do componente indígena como elemento específico da cubanidade, e como elemento diferenciador tanto com relação ao ‘hispano’ como ao ‘estadunidense’. Partilhava com o Siboneísmo o resgate do índio antilhano integrando-o no “panteón mitológico en el que basaban los orígenes identitarios”<sup>71</sup>. Expor-se o “selvagismo” do tabaco frente à “civilización” do açúcar, o “mágico” frente ao “científico”<sup>72</sup>. O “indigenismo” do tabaco transferia-se à população negra mediante um processo de transculturação (tema ao qual se dedica integralmente o capítulo IX) que só posteriormente chegava a incidir na população branca como um processo que “sube de lo

<sup>64</sup> RODRÍGUEZ FERRER, *El tabaco habano*, cit., p. 218.

<sup>65</sup> AGI, Cuba, leg. 1601; y AGI, Ultramar, legs. 236 e 245.

<sup>66</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 220.

<sup>67</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 222.

<sup>68</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 211.

<sup>69</sup> Com respeito ao situado mexicano e o tabaco no comércio atlântico: Laura NÁTER, “Tabaco: la carta española en la lucha por el control del comercio Atlántico”, en Johanna von Grafenstein (coord.), *El Caribe en los intereses imperiales, 1750-1815*, México, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2000, pp. 7-19; “The Spanish Empire and Cuban Tobacco during the Seventeenth and Eighteenth Centuries”, em Peter Coclanis (ed.), *The Atlantic Economy during the Seventeenth and Eighteenth Century: New Perspectives on Organization, Operation, Practices, and Personnel*, Columbia, University of South Carolina Press, 2004; “Engranajes del imperio: el caso de los monopolios de tabaco en el siglo XVIII” ([http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b2\\_nater.pdf](http://www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b2_nater.pdf)), e “El negocio colonial de tabaco en el imperio español” (<http://www1.stanford.edu/group/sshi/Conferences/2001-2002/GlobalTrade2001/nater.pdf>).

<sup>70</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 210.

<sup>71</sup> NARANJO, “Cultura, identidad y nación”, art. cit., p. 154.

<sup>72</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 193.

bajo de la sociedad a las clases altas” a modo de derivar e afirmar a raiz popular da cubanidade<sup>73</sup>. Não se trata de um recurso elaborado referente ao indigenismo, mas somente de um ponto de partida a partir do qual começar um trajeto histórico contínuo que terá a sua colusão com a consolidação da nação cubana e o exercício da sua plena soberania. Como vamos assinalando, a visão que se oferece caracteriza-se por uma idealização das sociedades indígenas onde a harmonia reina em cada uma das facetas sociais e onde a ausência do conflito é generalizada.

O último dos ingredientes desta formulação mostra-se como o ponto de partida a partir do qual se constroem os anteriores e ao qual necessariamente devem confluir todos eles. Trata-se também do mais banal porque a articulação dos seus argumentos é excessivamente tosca e só remete ao estabelecimento de uma diferenciação que assinale de forma evidente o elemento alheio ao que deveria considerar-se como estritamente cubano.

A sua enunciação determina que o tabaco é “centripetismo” e o açúcar é “centrifugação”; se o primeiro “cubanidade” e “soberanía”, o segundo “estranheirismo” e “colonialismo”<sup>74</sup>, para acabar por concluir de forma contundente que “el azúcar fue absolutista español, el tabaco libertador mambí. El tabaco ha influido más a favor de la independencia nacional. El azúcar ha significado siempre intervención extranjera”<sup>75</sup>.

Ainda que veigas, veigueiros e torcedores/as não foram objeto de atenção prioritária da parte dos historiadores, encontramos algumas referências a respeito em obras mais gerais que viriam, quando menos, estabelecer sérias e profundas matizações em cada um dos componentes do argumento que pretende vincular as essências da cubanidade ao mundo do tabaco<sup>76</sup>. As que aqui indicamos deveriam pormenorizar essa idealização de um passado e de uma realidade em busca de construir um discurso identitário com um marcado ingrediente ideológico. Sirva a modo de exemplo o título do artigo publicado em Setembro de 1937 por quem fora cronista da cidade da Havana, Emilio Roig Leuchsenring, com referência às condenações à morte sentenciadas após a sublevação veigueira contra as novas normas introduzidas

<sup>73</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 205. Uma ideia que será trasladada ao processo de confecção da identidade cubana: “La cubanidad fue brotada desde abajo y no llovida desde arriba”. Fernando ORTIZ, “Los factores humanos de la cubanidad”, *Revista Bimestre Cubana*, XIV/2 (1940), p. 161-186.

<sup>74</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 140.

<sup>75</sup> ORTIZ, *Contrapunteo cubano*, cit., p. 221. A presença de crioulos nas primeiras fases da eclosão açucareira já fora constatada por MORENO FRAGINALS, *El ingenio*, cit., pp. 27-86.

<sup>76</sup> A obra de MARRERO, *Cuba. Economía y sociedad*, cit., vol. 11; Julio LE RIVEREND, *Historia económica de Cuba*, La Habana, Editorial Pueblo y Educación, 1981, pp.151-173, e *Problemas de la formación agraria de Cuba. Siglos XVI-XVII*, La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 1992.

pelo sistema do monopólio tabaqueiro: “Los 8 vegueros, protomártires de las libertades cubanas”<sup>77</sup>.

### O trabalho escravo nas veigas tabaqueiras e o discurso identitário

Convém distanciar-se das visões dicotômicas para oferecer alguns elementos de reflexão sobre a realidade do trabalho no mundo do tabaco na sua não menos complexa relação com a explosão açucareira que se dá nas décadas de mudança do século XVIII ao XIX. Ambos, açúcar e tabaco, entendemos que partilhavam uma realidade comum e desenvolviam-se no seio das mesmas relações sociais em transformação. O processo de produção tabaqueira, apesar de não partilhar o modelo de plantação hegemónico na produção açucareira, reproduz com dinâmicas próprias algumas das suas características no que se refere às práticas sociais das quais derivam exercícios de poder e autoridade, ao mesmo tempo em que estabelece um marco de resistências e obediências<sup>78</sup>. Da sua relação decorrem alguns dos elementos determinantes da configuração económica e política própria da ilha desde finais do século XVIII e que configuram o cenário no qual se verificará a segunda escravidão na ilha de Cuba<sup>79</sup>.

E, nisto, o trabalho escravo será um dos ingredientes principais. Na data de 23 de Junho de 1817, quando as autoridades coloniais decretaram a abolição do estanco de tabaco na ilha de Cuba, os legisladores não se esqueceram de incluir no articulado a liquidação dos ativos da *Real Factoría de Tabacos de La Habana*, a instituição que de forma exclusiva contava com o encargo de recolher toda a colheita de folha de tabaco da ilha de Cuba para trasladá-la às fábricas de Sevilha na península e proceder à sua manufatura. Agora que se extinguiu o encargo principal desta instituição, desaparecida a sua capacidade de fiscalizar e regular o cultivo e a comercialização da folha de tabaco, todo o instrumental do qual se havia provido tornava-se dispensável.

<sup>77</sup> Emilio ROIG DE LEUCHSENDRING, “Los 8 vegueros, protomártires de las libertades cubanas, ajusticiados en Jesús del Monte en 1723”, *Carteles*, La Habana, 26 de Setembro de 1937.

<sup>78</sup> Sobre o sistema plantacionista podem consultar-se, entre outros, Philip D. CURTIN, *The Rise and Fall of the Plantation Complex. Essays in Atlantic History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990; e Dale W. TOMICH, “Small Island and Huge Comparisons: Caribbean Plantations, Historical Unevenness, & Capitalist Modernity”, *Social Science History*, 18:3 (1994), pp. 339-358.

<sup>79</sup> Javier LAVIÑA e Michael ZEUSKE (eds.), *The Second Slavery. Mass Slavery and Modernity in the Americas and in the Atlantic Basin*, Barlín, LIT Verlag, 2014; Anthony E. KAYE, “The Second Slavery: Modernity in the Nineteenth-Century South and the Atlantic World”, *The Journal of Southern History*, vol. 75/3 (2009), pp. 627-650; Dale TOMICH & Michael ZEUSKE, “Introduction. Second Slavery, Mass Slavery, World Economy and Comparative Microhistories”, *Review*, Fernand Braudel Center, vol. XXI/2 (2008), pp. 91-100; e Dale W. Tomich, *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*, Lanham, Bowman & Littlefield Publishers, 2004.

E, na enumeração dos bens dedicados à produção que deveriam enxugar-se não faltava, junto a terras, utensílios e ferramentas, máquinas e gado, a mão de obra escrava que devia vender-se “a preços correntes”<sup>80</sup>.

A sua inclusão não fazia nada senão constatar a posse de escravos pela *Real Factoría de Tabacos de La Habana* e, como dependência ‘Real’, atribuir a sua propriedade diretamente à Coroa. Os funcionários da mesma não tinham a menor dúvida da vinculação que existia entre os escravos que trabalhavam para aquela e o seu dono em última instância quando faziam referência aos que denominavam “negros do rei”<sup>81</sup>.

Desde o seu estabelecimento nas primeiras décadas do século XVIII, a *Factoría de Tabacos de La Habana* vinha sendo uma compradora habitual de escravos. O aumento observado na demanda de tabaco nos mercados europeus desde meados desse século incidiu na expansão tabaqueira. E a *Real Factoría*, como administradora do estanco (monopólio), proporcionava em exclusiva ‘legal’ a mercadoria – já que as bases clandestinas proporcionavam quantidades numerosas de folha de tabaco que escapavam ao controlo fiscal da Coroa –. E para atender a crescente demanda provia-se de trabalhadores para efetuar os diferentes trabalhos na elaboração de pó de rapé. Uma parte considerável dos escravos era ocupada nos diferentes moinhos que a *Factoría* possuía. Em 1779, proporcionavam-se negros para o moinho de La Chorrera, à beira do rio Almendares, no qual se reduzia a pó o tabaco procedente das localidades de Jaruco, Jiaraco, Güines e Govea<sup>82</sup>. Em 1787, quando a Assembleia da *Factoría* aprova a proposta de adquirir os moinhos que possuíam em Matanzas, o marquês de Justiz da Santa Ana e o conde da Gibacoa incluíam-se nos seus preços justos “los negros allí trabajaban”<sup>83</sup>. Pouco mais de um lustro depois, em 1793, o primeiro destes proprietários afirmava possuir 300 escravos dedicados a tais tarefas nos seus domínios<sup>84</sup>. Apesar de ter-se finalmente frustrado a transação, a informação nos interessa pelo que contribui para estabelecer a relação entre o mundo do tabaco e o trabalho escravo, e a sua imbricação nas estruturas de poder colonial.

Nos diferentes inventários dos pertences da *Real Factoría* que localizamos para finais do século XVIII incorpora-se a relação de escravos como equipamento da instituição. Assim, para Julho de 1779, contabilizava-se a posse

<sup>80</sup> ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 737, exp. 32, “Real Decreto sobre el cultivo de la planta de tabaco y el comercio libre y protegido entre españoles, europeos y americanos (impreso)”, art. 40.

<sup>81</sup> ANC, Miscelánea de libros, livro 5268, “Lista de los negros del Rey pertenecientes a el ramo de Tabacos formada para la cuenta y razón de su diaria manutención, hospitalidades y demás novedades que ocurren desde 1 de junio de 1784”.

<sup>82</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, p. 28.

<sup>83</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, pp. 58, 94 e 114.

<sup>84</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, p. 105.

direta pela própria *Factoría* de 78 negros escravos<sup>85</sup>. As diferentes relações de “negros del Rey” para a década seguinte apontam números maiores. Assim, em Junho de 1784 especifica-se o total de 108 escravos – 55 ladinos, 47 boçais e 6 ladinos de fortificação –. Para Maio de 1786, o número chegava a 133 – 49 ladinos, 79 boçais e 5 ladinos de fortificação –, e em Janeiro de 1787 registavam-se 129 escravos – 47 ladinos, 78 boçais e 4 ladinos de fortificação –<sup>86</sup>.

No Regulamento provisório referente ao tratamento que devia ser dispensado aos escravos da *Factoría* que José González, então superintendente de tabacos da ilha, tornara público em 1815, ficava estipulado que nas instalações principais devia haver “cien negras bozales útiles” para ocupar-se nos armazéns, “comprándose los que faltasen cuando fuere necesario, ya de gran talla o robustez [...] de diferentes naciones para evitar un gran partido”; de diferentes idades, porque assim “no envejecerán todos a un tiempo, nunca faltarán suficientes en cada operación, y en tiempo de grandes maniobras se necesitarán menos jornales de afuera”<sup>87</sup>.

Contudo, a relação entre escravidão e tabaco transpassava as portas da *Real Factoría* enquanto instituição encarregada do monopólio do tabaco. As políticas de fomento do cultivo da folha que se propuseram em diversos momentos passavam por proporcionar ajuda aos veigueiros. E esta, quase sempre, adquiria forma de escravos bem adquiridos diretamente pela própria *Factoría* e, posteriormente, distribuídos entre os cultivadores, ou comprados pelos colhedores com empréstimos proporcionados por esta mesma instituição. Os diferentes informes destinados a estimular a produção de tabaco na ilha coincidiam nos efeitos positivos que a distribuição de escravos produziria entre os veigueiros. Alejandro O'Reilly, um dos próceres da Havana, afirmava em 1763 que o remédio para as reduzidas colheitas de folha de tabaco que afetavam há algum tempo a ilha de Cuba, o remédio – dizíamos –, “estaba en conceder a esos vegueros esclavos que abonarían con el fruto de sus cosechas”<sup>88</sup>.

Em datas como 1764 e 1767 distribuíam-se escravos entre os colhedores de tabaco, segundo os membros da Assembleia de Governo da própria *Factoría*. E reclamavam-no novamente para 1781 dados os benefícios que resultaram então: “que se adquiriesen negros por cuenta de la Real Factoría para ser repartidos entre los labradores y que estos fueran abonando su importe

<sup>85</sup> Dos quais 69 indicavam-se como ‘negros ladinos’ e outros 7 como ‘boçais’. ANC, Miscelânea de livros, Livro 5258, “Libro inventario general de fábricas, esclavos, animales, efectos y utensilios para asiento de 6 de julio de 1776. Real factoría”.

<sup>86</sup> ANC, Miscelânea de livros, Livro 5268, “Lista de los negros del Rey pertenecientes a el ramo de Tabacos”.

<sup>87</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, p. 217.

<sup>88</sup> Bibiano TORRES, *Alejandro O'Reilly en las Indias*, Sevilla, CSIC, 1969, p. 27.

a plazos con tabaco”. Em março de 1783, a Assembleia estabelecia o acordo de solicitar a informação pertinente dos deputados veigueiros dos partidos da ilha com relação à proposta para adquirir 185 negros de Mateo Cranistro “a razón de 340 pesos cada uno, de diferentes edades y sexos”, e de Marcial Irigoyen que pedia 10 pesos a mais “por pieza”, para que, caso se considerasse oportuno – e “estén conformes en pagar” –, se procedesse à sua compra<sup>89</sup>.

A “cuenta y data de los labradores que se llevan negros de la Real Factoría” realizada nesse mesmo ano indica que a conformidade foi dada, precisando que os colhedores aceitavam, como reconhecimento da dívida contraída e garantia do pagamento, estabelecer “hipoteca especial de un sitio... de su propiedad”. Distribuíram-se 113 escravos a outros tantos veigueiros com posses nas localidades de Jaruco, Matanzas, Jiaraco, Govea, Güines, Canoa e Bainoa. Os preços oscilavam entre 395 pesos dos homens adultos (quase a metade deles – 49 –) e 290 dos ‘moleques’ e 305 das mulheres<sup>90</sup>.

Um ano mais tarde forneciam-se outros 112 escravos aos veigueiros da subfeitoria de Nueva Filipina. A *Real Factoría* os tinha comprado por 40.510 pesos com a intenção de distribuí-los a 371 pesos e 5 reais e meio por cada um deles, reclamando aos beneficiários de tal medida que “acudiesen a prestar las fianzas”. E nesse mesmo lugar voltava-se a reunir informação em 1785 entre os seus veigueiros com relação a se “consideran conveniente para el fomento del cultivo el reparto de negros bozales”, considerando que o seu pagamento “lo podrían realizar como mejor les conviniese, bien en rama, bien en cómodos plazos”.

Ao longo da seguinte década a entrega de escravos pela Real Factoría torna-se algo habitual<sup>91</sup>. E a sua assiduidade obrigava a fixar uma regulação desta prática com o fim de estabelecer mecanismos de controlo e otimizar os lucros resultantes. Assim, em Novembro de 1789, Juan Mecolaeta, diretor da *Factoría*, tornava pública uma Instrução para o cultivo do tabaco em que, entre outros pormenores, estabelecia a condição aos veigueiros de levantar uma casa de cura da folha nas suas veigas se quisessem acolher-se ao “repartimiento de negros”, pois do contrário “no se considerará labrador” e não seriam atendidas as suas petições. À altura de 1802 insistia-se em que o remédio aos males que o ramo do tabaco sofria passava por proporcionar um número maior de mão de obra cativa aos lavradores. E por isso era preciso facultar a Assembleia de Governo da *Factoría* para que pudesse dispor livremente dos recursos atribuídos para “promover cuatro o cinco expediciones

<sup>89</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, pp. 34-36.

<sup>90</sup> ANC, Miscelânea de livros, Livro 5262, “Cuenta y data de los labradores que se llevan negros de la Real Factoría” (1783).

<sup>91</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, pp. 111 (para o ano de 1794), 120 e 178 (para o ano de 1801).

al África para traer negros por cuenta del Rey”, para assim distribuí-los entre os veigueiros “a un precio menor del que les costaría en el mercado local”<sup>92</sup>.

Paralelamente à entrega de trabalhadores escravos para as veigas de tabaco, a partir da *Factoría* procurava-se uma via complementar para que estes fossem adquiridos pelos próprios lavradores adiantando-lhes dinheiro em espécie. Em 1790 começou-se a realizar uma relação de lavradores de tabaco a quem se proporcionou recursos “para mayor fomento de las siembras”, sendo que em todos eles relaciona-se a aquisição de escravos. Em total são 235 vegiueiros que adquirem o total de 262 escravos com o compromisso de devolver os valores recebidos “en las tres primeras cosechas con el importe de los que entregase de sus vegas”<sup>93</sup>. Não faltava quem, como o interventor Ignacio de Murga, chegasse a estabelecer uma relação direta entre o aumento de mão de obra escrava, o aumento da população na ilha e o incremento dos lavradores de tabaco, dado que se observava “que el número de vegueros debe ir incrementando a medida de lo que la progresiva introducción de negros en toda la Isla va aumentando su población”<sup>94</sup>.

Dos contínuos atrasos na devolução dos adiantamentos pecuniários e as subsequentes reclamações da parte da *Factoría* extraímos informação adicional a respeito dessa presença de mão de obra escrava, aquela cuja existência negou-se tanto, no mundo do tabaco. Assim, no final da década de 1790, elaborava-se uma lista com os lavradores devedores com as quantias pendentes de cada um dos 235 incluídos na lista. A modo de exemplo: “Don José Ramón Salinero debe 415 pesos a la Real factoría de Tabacos por el valor de dos negros piezas que le suplió para mayor fomento de las siembras de tabaco con calidad de reintegrarlos en las tres primeras cosechas con el importe de los que entregase de sus vegas que deben correr desde el año 1790 en adelante. Entregó a cuenta por este individuo en 6 de mayo del presente año de 1793 Don Vicente Blanco los pesos como consta en el recibo con la misma fecha. En 6 de diciembre del de 1796 entregó el Sr. Dn. Juan Francisco García 240 pesos [...] En 11 de noviembre de 1797 satisfizo 75 pesos por resto del cargo”<sup>95</sup>.

<sup>92</sup> RIVERO, *Tabaco*, cit., vol 2, p. 182.

<sup>93</sup> ANC, Miscelânea de livros, Livro 5288, “Relación de los individuos labradores de tabaco de varios partidos a quienes para mayor fomento de las siembras de este fruto les ha anticipado la Factoría del mismo ramo a los unos y a los otros dinero para sus urgencias por tres años; el de mil setecientos noventa con la obligación de satisfacerlo con el producto de sus cosechas que hasta el día de la fecha no lo han verificado”.

<sup>94</sup> ANC, Miscelânea de livros, Livro 5288, “Libro de actas de la Junta de Gobierno de la Real Factoría” (1789-1792).

<sup>95</sup> ANC, Miscelânea de livros, Livro 5288, “Relación de los individuos labradores de tabaco”.

Em Abril de 1809, Juan Gregorio Núñez no exercício do seu cargo de visitador da jurisdição de Nueva Filipina, elaborava uma relação dos “labradores de Vuelta Abajo que son deudores por anticipaciones que les ha hecho esa Administración para el socorro de sus urgencias” e transmitia-a ao contador geral da renda. As urgências referiam-se à provisão de capitais “para la compra de negros” tal como constava no título da sua relación<sup>96</sup>.

Os funcionários da renda de tabaco eram conscientes desta situação, e depois da abolição do estanco em 1817 trataram de estabelecer mecanismos de arrecadação e, é obvio, a provisão de recursos ficou restringida. Em Fevereiro de 1818, o contador da *Factoría*, Baltasar Vivanco, remetia um documento ao intendente e inspetor geral do ramo de tabacos, que expunha claramente o novo cenário no qual se encontrava a instituição: “La Factoría no está en estado de hacer anticipación para reintegrarse en tabaco en las tres primeras cosechas como era práctica, y algunos no lo han verificado ni en treinta años, lo primero porque la renta aún está empeñada, y conviene pagar primero lo que se debe; y se está en el caso también de apurar a los deudores, que no hay uno que no haya faltado al convenio que hizo con la Factoría”<sup>97</sup>.

Após o decreto que instaurava a livre produção e comercialização da folha de tabaco em Junho de 1817 continuavam a chegar solicitações de adiantamento de capitais para a compra de escravos à *Real Factoría*. Em Abril de 1818, Miguel Esquivel, residente na Havana, possuidor de dez cavalarias<sup>98</sup> de terra em Vuelta Abajo, dedicadas a café, pensava em reconverter a sua terra em cultivo de tabaco para o qual requeria uma antecipação de capital “para adquirir brazos que destinar a este objeto, por ser insuficientes los que tiene en el cafetal”. E como meio e garantia de pagamento “ofrece entregar hasta 4.000 pesos en cigarros”. Em Outubro desse mesmo ano, Don Francisco Hidalgo Gato, morador de Pinar del Río, remetia uma carta pedindo 600 pesos “por cuenta de la próxima cosecha a fin de completar con ellos el pago de unos negros que ha comprado”<sup>99</sup>.

A princípios desse mesmo ano, José García, com morada em Güines, “labrador de tabaco”, declarava “que es dueño de media caballería de tierra de labor [...] en la que tiene ocupada su persona y la de cinco esclavos, pero siendo muy corto el terreno, tiene que invertir parte de su gente fuera de su casa en otros trabajos”; pelo qual solicitava que a *Real Factoría* adiantasse-lhe

<sup>96</sup> ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 125, exp. 2, “Diligencias sobre cobrar cantidad de pesos que deben a la Real Factoría varios vegueros de Vuelta de Debajo [sic] de suplemento que le hizo el ramo para compra de negros” (1809).

<sup>97</sup> ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 477, exp. 18, “Expedientes de distintos individuos relacionados con haciendas de tabacos” (1818).

<sup>98</sup> NT: lit. do espanhol, *caballería*, medida de superfície utilizada pelos espanhóis e as suas colónias, especialmente do século xv a xviii.

<sup>99</sup> Ibidem.

um capital de mil pesos para adquirir mais meia cavalaria de terra e assim poder dar ocupação aos seus escravos, com o compromisso de devolvê-lo em três anos, bem em espécie bem em tabaco, “por terceras partes”<sup>100</sup>. Neste mesmo sentido manifestava-se Don Tomás Puente, morador de San Juan y Martínez, que “tiene seis hijos y tres negros”, requerendo o apoio da instituição real para comprar terras e dedicá-las a tabaco<sup>101</sup>.

Como vemos, frente ao discurso dominante que foi objeto de algumas reflexões no começo do nosso texto, tivemos oportunidade de observar que tanto nas instalações da *Factoría* como no mundo da veiga a presença de mão de obra escrava era habitual e numerosa. Da mesma maneira que frente às visões ‘branqueadas’ associadas ao tabaco, a população negra ocupava um protagonismo destacado. Os veigueiros, possuidores das terras realengas concedidas em usufruto pela *Real Factoría*, requeriam braços para trabalhar as milhares de plantas que cresciam nas cavalarias que trabalhavam.

O informe sobre a situação referente à jurisdição de Nueva Filipina realizado em Dezembro de 1818 distinguia os trabalhadores na sua condição de “blancos”, “libres de cor” e “esclavas”, estabelecendo nas duas últimas considerações a divisão entre “pardos”, “negros criollos” e “negros bozales”. Assim, nas veigas tabaqueiras que ocupavam uma extensão de pouco mais de 627 cavalarias, trabalhavam mais de 2500 escravos – 91 *pardos*, 548 *negros crioulos* e 1946 *negros boçais* – e pouco mais de 1000 escravas – 52 *pardas*, 437 *negras crioulas* e 560 *negras boçais* –<sup>102</sup>.

Anos mais tarde, em Setembro de 1835, o tenente coronel Antonio Salazar comprava a veiga denominada El Retiro, à beira do rio Pinar del Río, incluindo oito escravos na transação. O seu próprio relato permite-nos saber que quinze anos mais tarde, em 1850, contava com 30 escravos a trabalhar nas suas posses de tabaco<sup>103</sup>.

Num informe elaborado provavelmente a começos da década de 1820 no qual se pormenorizava o número, estado e valor das veigas de Vuelta Abajo e a condição de quem as possuía e trabalhavam, distinguia estes entre *blancos*, *pardos* y *morenos*<sup>104</sup>. Das 1.064 veigas que se contabilizam no documento – no total seriam mais umas dezenas já que a primeira página

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 476, exp. 31, “Estados que manifiestan los partidos contenidos en la jurisdicción de la Nueva Filipina y sus moradores, con distinción de sexos, edades, clases y colores” (1818). A distinção entre ‘boçais’ e ‘crioulos’ faz referência àqueles escravos trazidos da África – os primeiros – e aqueles nascidos de pais escravos na própria Cuba – os segundos –.

<sup>103</sup> DE SALAZAR, *Cartilla agraria para el cultivo del tabaco*, cit., pp. 24-30.

<sup>104</sup> ANC, Intendencia General de Hacienda, leg. 476, exp. 1, “Estado del número de vegas del [sic] partido de Mantua, calidad y condición”, s/d.

do caderno desapareceu –, podemos comprovar que pouco mais da metade (56%) estava em mãos de cultivadores brancos. O que nos situa, apesar deste ligeiro predomínio dos veigueiros brancos, numa posição bastante distante daquele panorama branqueado desenhado no discurso identitário cubano, já que quase 44% das veigas estavam em mãos de pardos e negros. No que se refere ao número e condição de trabalhadores nas veigas, cabe indicar de forma sucinta que 44% se inscrevem na epígrafe de morenos e 22% na de pardos. Sendo assim, só um terço do número de pessoas que trabalhavam no tabaco no território que indicamos se inscreve na epígrafe de brancos.

Décadas mais tarde, por volta de 1870, o cálculo realizado para a localidade de San Cristóbal, nessa mesma região ocidental da ilha, apresentava o total de mais de 7.700 escravos dedicados ao tabaco, café e outros produtos, enquanto que a localidade de Pinar del Río contava com 25.404 trabalhadores desta condição<sup>105</sup>.

Para esses mesmos anos, podemos observar que a posse de escravos pelos cultivadores de tabaco não era algo anedótico. A análise dos testamentos de alguns dos colhedores de tabaco permitem observar que, entre os bens legados aos seus descendentes, junto às cavalarias de terra, equipamento, casas e gado, estão os escravos e escravas que possuía. A modo de exemplo, Francisco González Ramos deixava aos seus herdeiros, a propriedade da fazenda chamada Agua Dulce, composta por oito cavalarias de terra da mencionada fazenda situada na localidade de Pinar del Río, declarando pelos bens “los esclavos siguientes” e passando a pormenorizar de forma individual cada um deles até contabilizar o total de 45 escravos e escravas, 24 “crioulos” – nascidos na ilha de Cuba, de pais já escravos – e 21 “de nação” – nascidos na África –<sup>106</sup>.

Dito tudo isso, podemos indicar que o trabalho escravo fazia parte, desde bem cedo, do panorama cotidiano das relações de produção no mundo do tabaco cubano, longe da idílica paisagem de brancos livres desenhada no laboratório da cubanidade ao qual fizemos referência em parágrafos anteriores. E esta presença perdurou até a abolição definitiva da escravidão na ilha de Cuba em 1886.

<sup>105</sup> *Vuelta-Abajo, su situación agrícola, inmigración, su ferro-carril, y los baños de San Diego*, La Habana, Imprenta Mercantil de S.S. Spencer, 1871, p. 16.

<sup>106</sup> ANC, Fondo Consolación del Sur, Protocolos Notariales de Pablo Alfonso, n.º. 314, 18 Tomos (1873-1884), año 1873, “Testamento”, escritura de Francisco González Ramos, fols. 48r-54r. Devo agradecer a Michael Zeuske pelo conhecimento deste documento.

## Conclusão

Depois do que tratamos, podemos concluir que a construção discursiva com respeito aos traços identitários da cubanidade requer inúmeras matizações e precisões, embora isto não tenha sido o mais habitual nas reiteirações dos supostos ingredientes dessa Cuba essencialista. Da nossa parte, diferentemente da afirmação de Fernando Ortiz na qual expressa que “tabaco y azúcar se contradicen en lo económico y en lo social”, consideramos que ambos os produtos são partes constitutivas de uma mesma trama: a da sociedade plantacionista. Os litígios entre açucareiros e veigueiros pela posse de terras e mão de obra – tanto livre como escrava – foram constantes e prolongaram-se durante décadas. O embate açucareiro para acabar com o estanco e a hegemonia da *Real Factoría* não era outro senão mais um espaço de confrontação da dominação colonial. Mas ambos partilhavam uma realidade comum e desenvolviam-se no seio das mesmas relações sociais em processo de transformação.

O historiador deve observar o passado, analisá-lo, inserir nas suas dinâmicas não só os elementos convergentes de uma sociedade como também as suas controvérsias e os choques de interesses encontrados. O seu trabalho implica transcender os clichés superficiais e os estereótipos emanados de uma ‘história oficial’ que aspira a construir e legitimar um ideal harmónico de comunidade impregnado de um encargo coletivo para o qual se dirigem todos os esforços e inércias. O ofício de historiador enriquece-se com o prisma da complexidade social a partir da recuperação do protagonismo detraído à multidão, às suas resistências e adesões, aos elementos inerentes e derivados do seu imaginário. Recuperar, em definitiva, as relações sociais na análise histórica contribuirá para compreender melhor esse passado e o uso que se possa fazer dele.